

Responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável.

O montante indemnizatório – Jurisprudência do TEDH

Artigo 6.º da Convenção

1. *Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada (...) num prazo razoável por um tribunal (...), o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela.
(...)*

1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas

- a. O caso Martins Castro e Alves Correia de Castro, n.º 33729/06, 10.06.2008
- Efetividade da ação de responsabilidade civil extracontratual, art. 12.º da Lei n.º 67/2007, de 31.12.2007.
 - §§ 53 a 56 – TEDH considerou que a jurisprudência portuguesa não estava consolidada no sentido de aceitar que os prejuízos causados pela duração excessiva de um processo judicial merecem, em si mesmos, a atribuição de uma indemnização. Não havia uma uniformização da jurisprudência.

1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas

b. O caso Valada Matos das Neves, n.º 73798/13, 29.10.2015

- Efetividade da ação de responsabilidade civil extracontratual, art. 12.º da Lei n.º 67/2007. As vias de recurso internas devem ser efetivas, na teoria e na prática.
- Análise da jurisprudência nacional em relação à morosidade processual. § 67:

(...) O STA teve (...) a oportunidade de proferir vários acórdãos confirmando a jurisprudência do Tribunal Europeu e pondo termo às divergências jurisprudenciais. Além disso, as jurisdições administrativas inferiores seguem esta jurisprudência (...).

Por conseguinte, a prolação de um acórdão de uniformização de jurisprudência, sugerido pelo Tribunal Europeu no acórdão Martins Castro e Alves Correia de Castro (ver os parágrafos 56 e 66), no sentido de consolidar a jurisprudência constante do (...) Supremo Tribunal Administrativo (...), já não se justifica. (...)

1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas
b. O caso Valada Matos das Neves, n.º 73798/13, 29.10.2015

- § 72 – Recurso preventivo e recurso indemnizatório:

Quando está em causa o direito a um processo em prazo razoável, um recurso é “efetivo” sempre que permite, quer a antecipação da decisão judicial, quer a atribuição ao litigante de uma reparação adequada pelos atrasos já verificados (Sürmeli c. Alemanha [GC], n.º 75529/01, § 99, CEDH 2006-VII, e Vassilios Athanassiou e outros c. Grécia, n.º 50973/08, § 54, 21 de Dezembro de 2010). Se o primeiro tipo de recurso é preferível, por ser de natureza preventiva, um recurso indemnizatório pode ser efetivo quando o processo já sofreu uma excessiva demora e não existe recurso preventivo (Kudla, supra, § 158, Mifsud, supra, § 17, Scordino (n.º 1), supra, § 187, e McFarlane, supra, § 108).

- Ação de responsabilidade civil extracontratual é recurso indemnizatório.

1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas

b. O caso Valada Matos das Neves, n.º 73798/13, 29.10.2015

- § 73 – Critérios que permitem verificar se recurso indemnizatório é efetivo:
 - a. recurso indemnizatório num prazo razoável;
 - b. pagamento no prazo máximo de seis meses;
 - c. equidade;
 - d. custas judiciais não devem impor encargos excessivos quando a ação tenha fundamentos;
 - e. montante da compensação não deve ser insuficiente em comparação com montantes aplicados pelo Tribunal Europeu.

1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas
b. O caso Valada Matos das Neves, n.º 73798/13, 29.10.2015

- § 98 – exemplos de casos de morosidade analisados ao abrigo da ação de responsabilidade civil extracontratual; foco no número de anos e nas instâncias.
- Portugal tem uma via de recurso efetiva para questões de morosidade desde 27.05.2014 (acórdão de 27.11.2013 do STA disponível para ser consultado no site “dgsi”).



1. Questão prévia – O esgotamento das vias de recurso internas

c. O caso Tomé Mota, n.º 32082/96, 2/12/1999

- Vários processos criminais contra o requerente.
- Meio processual previsto nos artigos 108.º e 109.º do CPP (aceleração processual) é um recurso preventivo e é efetivo.
- Requerente não usou o meio processual disponível – queixa no TEDH inadmissível.



2. Período a ter em consideração – Alguns aspetos

- O período relevante começa a contar no início do processo.
- Procedimento administrativo pré-requisito para instaurar a ação em causa: esse período de tempo também se considera.
- Os Estado só pode ser responsável por atrasos em relação aos quais não tenha cumprido o “prazo razoável” (*Humen c. Polónia* [GC], n.º 26614/95, 15.10.1999, § 66; *Proszak c. Polónia*, 16.12.1997, § 40; *Tóth c. Hungria* (dec.), n.º 40909/11, 13.06.2017, §§ 23 e 24).
- Processos de execução - “segunda fase do processo”. Ação declarativa e executiva formam um todo. Direito reconhecido não se torna efetivo enquanto não for executado. Exceção em que o período da ação executiva não foi considerado (*Mateus Pereira da Silva c. Portugal*, n.º 67081/13, 25.07.2017, §§ 29 a 31).

3. Prazo Razoável?

a. Observações prévias

- Obrigação dos Estados Membros de terem o seu sistema judicial organizado de forma a garantir decisões num prazo razoável.
Exemplo: *Escalda Ferreira c. Portugal*, n.º 62252/12, 12.01.2016.
- Apreciação caso a caso (*Comingersoll S.A. c. Portugal* [GC], § 23).



b. Critérios

- Quatro critérios (*Comingersoll S.A. v. Portugal* [GC] § 19; *Frydlender v. France* [GC], § 43; *Sürmeli v. Germany* [GC], § 128; *Lupeni Greek Catholic Parish and Others v. Romania* [GC], § 143):
 - complexidade do caso;
 - conduta do requerente;
 - conduta das autoridades;
 - o que está em causa para o requerente no processo.

3. Prazo Razoável? b. Critérios

- Complexidade do caso (exemplo: número de partes; questão jurídica complexa). Dois casos em que a complexidade justificou todo o atraso: *Habran e Dalem c. Bélgica*, n.ºs 43000/11 e 49380/11, 17.01.2017; *Ion Popescu c. Roménia*, n.º 4206/11, 17.03.2015.
- Conduta do requerente:
 - Em princípio, não pode ser responsabilizado por fazer uso dos meios processuais ao seu dispor.
 - No entanto, exemplo do caso *Pereira da Silva c. Portugal*, n.º 77050/11, 22.03.2016, §§ 76 a 79.

- Conduta das autoridades (exemplos):
 - *Martins Moreira c. Portugal*, n.º 11371/85, 26.10.1988, § 60 – O Estado é responsável por todos os seus órgãos judiciais e por todos os seus serviços públicos.
 - *Guincho c. Portugal*, n.º 8990/80, 10.07.1984, § 40 - Problema de organização estrutural tem de ser melhorado de forma a ser eficiente.
- O que está em causa no processo: natureza dos casos pode justificar que o processo deva ser **particularmente expedito**. Ex.: *Cunha Martins da Silva Couto c. Portugal*, n.º 66436/12, 30.04.2015 - processo de incumprimento de responsabilidades parentais; v. § 24.

4. Montante indemnizatório (a título de danos morais)

a. Observações prévias

- Princípio do pedido: o TEDH não condena em montante superior ao do pedido.
- Ponto de partida: número de anos e número de instâncias.
- Os 4 critérios têm de ser tidos em consideração (se o requerente contribui para o atraso; natureza do processo).
- Ação de responsabilidade civil extracontratual tem de ser célere (ver § 73 do caso *Valada Matos das Neves*). Se não o for, o período de atraso dessa ação também tem de ser tida em consideração - *Domingues Loureiro e outros c. Portugal*, n.º 57290/08, 12/04/2011, § 45:
- Economia comum/agregado familiar: indemnização conjunta.
- Particularidades da situação económica do país.

b. Exemplos de casos recentes

- *Austin e Budiartini c. Portugal*, n.º 70692/13, 25.07.2017: ação declarativa para reconhecimento de propriedade; **5 anos e 11 meses; 3 instâncias - € 975.**
- *Albertina Carvalho e Filhos Lda. c. Portugal*, n.º 23603/14, 04.07.2017: ação executiva para pagamento de dívida; alguns períodos de atraso devido a atuação da requerente; **9 anos e 1 mês; 2 instâncias - € 3.600.**
- *Carneiro da Silva c. Portugal*, n.º 75415/13, 14.03.2017: processo de inventário com alguma complexidade; mesmo que o processo dependa da iniciativa das partes, o tribunal deve-se assegurar de que o processo é célere (*Santos Silva v. Portugal*, no. 52246/12, 30 April 2015, § 29); **13 anos e 4 meses; 1 instância - €13.000.**

4. Montante indemnizatório b. Exemplos de casos recentes

- *Freitas c. Portugal*, n.^{os} 8349/13 e 56418/13, 12.01.2016: dois processos, ação especial de prestação de contas em inventário e processo especial de inventário; sem complexidade; um durou **16 anos e 8 meses**; outro durou **19 anos e 4 meses**; **4 instâncias** - € **18.590**.
- *Silva Coelho e Brito Duarte Coelho (dec.) c. Portugal*, n.º 42764/13, 21.02.2017: inventário; **11 anos e 4 meses**; não havia atrasos causados pelas autoridades, apenas pelos requerentes – **inadmissível**.



**Responsabilidade civil do Estado por
violação do direito a uma decisão judicial
em prazo razoável.**

**O montante indemnizatório –
Jurisprudência do TEDH**

Ana Rita Campino

AnaRita.RamiresCampino@echr.coe.int



